

Visão do Direito



Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

As falsas narrativas do governo Lula — ricos contra pobres

Ao polarizar ainda mais a sociedade com seu discurso de ricos contra pobres, o governo Lula tenta desviar o foco de suas próprias falhas. As recentes manifestações do presidente, afirmando que defende os pobres contra os ricos, que o aumento do Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) só atingiria os ricos e que ele é um defensor dos pobres, levantam uma questão que não tem nada a ver com a realidade. Qualquer tributação sobre as empresas implica prejuízo para os pobres, pois reflete no consumo.

As empresas sobrevivem porque têm lucro. Ou seja, elas não resistem se não conseguirem gerar lucro, não só para remunerar seus acionistas, mas também para reinvestir e manter a competitividade no mercado.

O presidente Lula, devido ao fracasso em cortar as contas públicas e não ter um plano efetivo para isso, quer aumentar a tributação que o Congresso rejeitou por esmagadora maioria. Com isso, ele busca dizer que o Congresso está defendendo os ricos e que ele defende os pobres.

Tentar transferir a sua incapacidade de controlar as contas públicas para um falso

problema — de que são os ricos que não o deixam administrar, enquanto ele faz estragos monumentais na administração, principalmente nas estatais, com a nomeação de seus amigos e gastos impensados — é evidente que é uma falácia, igual à pregação sempre fracassada do marxismo.

Os marxistas são que sempre disseram que podiam ser ditadores na Romênia, na Polônia, em todos os países da União Soviética, porque estavam defendendo o povo, os pobres, enquanto arruinavam os países.

Todos os países, naquela época, que eram conservadores, progrediram. E todos os que “defendiam o pobre” por intermédio de ditaduras, na época da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não tiveram progresso e caíram. Basta dizer que voltaram a progredir a partir da queda do Muro de Berlim.

Então, me parece que essa falsa colocação, não dignifica o presidente Lula — que foi um presidente pragmático nos dois primeiros mandatos e agora virou um presidente ideológico —, de considerar que o seu fracasso na administração das contas públicas, que leva o presidente do Banco Central

por ele nomeado a manter juros elevados para corrigir e conter a inflação que ele não consegue controlar com seu frágil arcabouço fiscal, deve-se aos ricos, que não querem aumento de tributação. Isso é uma farsa.

Tenho a sensação de que, se o presidente Lula continuar assim, estando com dois anos e meio de seu governo sem um plano de recuperação das contas públicas, a não ser aumentando o endividamento e a tributação, tornará ainda mais sofrida a vida do povo brasileiro.

Se ele não quiser fazer a lição de casa, de cortar efetivamente os gastos, de fazer a política fiscal como Gabriel Galípolo está fazendo a política monetária, para tentar conter a inflação que o presidente Lula não controla, é evidente que seu governo continuará numa queda monumental da avaliação junto à opinião pública, em que a rejeição já é muito maior do que a aprovação.

Discursos como esse, de que ele realmente defende os pobres e que são os ricos que não querem aumento de tributos para que ele possa auxiliá-los, o povo não aceita mais. Isso também porque os cidadãos

ainda têm as redes sociais para se comunicarem, e qualquer um, por mais simples que seja, pode ter acesso às informações corretas. O povo tem percepção do que está acontecendo no Brasil.

Pessoalmente, mesmo não tendo votado no presidente Lula, gostaria que o governo desse certo, pois todo, brasileiro prefere mais que seu país progrida do que ser favorável a uma ou outra corrente que esteja no poder. Vejo que ele, entretanto, está mais preocupado em ganhar as eleições do que com o Brasil.

Por essa razão, ele faz questão de dizer que defende os pobres contra os ricos que não querem aumento de tributos. Vale destacar, mais uma vez, que tais tributos, ao incidir sobre as operações de todas as empresas, repercutiriam, necessariamente, nos preços de todos os produtos.

Tomara que o presidente Lula perceba, neste último ano e meio de governo que ainda tem, que a função de um presidente é governar o país para um bem futuro, mesmo com medidas amargas, e não procurar, com histórias e narrativas, mostrar realidades que, efetivamente, não existem.



Andressa Romero

Especialista em direito de família, sucessões e planejamento patrimonial

Consultório Jurídico

O que mudaria se Marília Mendonça tivesse deixado um planejamento sucessório?

O impasse sobre a guarda do filho da cantora Marília Mendonça tomou conta do noticiário nos últimos dias, e uma pergunta ficou no ar: o que mudaria se Marília tivesse deixado um planejamento sucessório?

A carreira de Marília foi meteórica. Milhões e milhões de reais foram angariados em tempo recorde, e, infelizmente, a partida da cantora se deu na mesma velocidade, antes que, aparentemente, ela pudesse cogitar sua falta na vida do filho.

Muitas variáveis devem ser consideradas quando se fala de planejamento sucessório: gestão do patrimônio, quem iria de fato usufruir do patrimônio na falta do genitor e, o mais importante, quem seria responsável pela tutela da criança.

Por meio de um simples testamento, Marília poderia ter indicado sua vontade para todas essas questões, por exemplo, que a guarda do filho fosse compartilhada entre o pai e a família materna, como ocorreu até a tão comentada ação de guarda proposta pelo cantor Murilo Huff, ou então, que fosse exercida unilateralmente por uma das partes.

Além disso, questões patrimoniais, por intermédio do testamento, poderiam ter sido definidas, como, por exemplo, se a curatela dos bens seria exercida pela mesma pessoa que exerceria

a tutela, e ainda, se o curador teria ou não direito de usufruir dos frutos advindos do patrimônio.

Obviamente, a designação de tais questões em testamento seria meramente indicativa, devendo, de toda forma, ser submetida ao crivo do Judiciário, para que fosse analisada se a vontade do testador atenderia ao melhor interesse do menor.

A cantora poderia ter, pelo planejamento, protegido o patrimônio com cláusulas que dificultassem o acesso de terceiros ou a dilapidação dos bens, como a inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, que poderiam, inclusive, ser impostas à herança de forma temporária ou definitiva.

Através de empresas patrimoniais, como as holdings, o patrimônio poderia ter tido a

gestão concentrada e melhor organizada, gerando caixa futuro para uso do filho assim que este atingisse a maioridade, além de a estrutura facilitar a fiscalização da gestão dos bens.

Ainda que existisse uma disputa pela guarda do menor, tendo em vista as questões apontadas pelo genitor na ação judicial, a gestão patrimonial poderia ter estado a salvo da discussão, facilitando o deslinde do caso.

O caso Marília Mendonça evidencia a vulnerabilidade de um legado grandioso diante da imprevisibilidade da vida. Se houvesse um testamento e uma estrutura de gestão empresarial bem definida, todo o processo pós-morte poderia ter sido significativamente menos conturbado, especialmente no que tange à guarda e administração dos bens do próprio filho.